

Federação Inter estadual de Sindicatos de Engenheiros

# JORNAL DA fisenge

FILIADA À  
**CUT** *uni*  
global union

Ano IV nº 29  
abril de 2009



**Entrevista**  
Ceci Juruá **Página 8**

## Fundos de pensão continuam na mira de grupos políticos

A possibilidade de troca da atual gestão da Fundação Real Grandeza levantou novas discussões sobre mecanismos de defesa dos fundos de pensão, especialmente dos ligados a instituições públicas.

PÁGINAS 4 E 5



## Diretores da Fisenge assumem posições de destaque no Confea

Três dos diretores da Fisenge assumiram posições de destaque no Confea. Um deles é o secretário-geral, Clóvis Nascimento, que desde meados do ano passado atua como coordenador nacional do projeto Pensar Brasil, do Confea. Trata-se de um dos mais importantes projetos do Conselho e tem objetivos de debater e propor alternativas ao sistema capitalista em nosso país.

Já o vice-presidente da Fisenge, Vicente

Trindade, assumiu o comando do projeto Valorização Profissional, do Confea, cujo objetivo é alavancar a engenharia e a arquitetura em nível nacional e internacional. Um dos grandes desafios, de acordo com Trindade, é a Lei 11.8888 – Lei da Engenharia e Arquitetura Públicas – que exige atuação dinâmica de todo o Sistema.

Outro diretor envolvido com o Confea é Renato Andrade, diretor financeiro. Ele as-

sumiu a chefia do gabinete da presidência e assessora diretamente Marcos Túlio de Melo. Todas essas indicações demonstram o comprometimento da Fisenge com o Sistema Confea/CREAs e a certeza de que as propostas de ambas as instituições estão afinadas com o projeto de Brasil que se pretende desenvolver, tendo a Engenharia e a Arquitetura como atores fundamentais no processo de mudança.

## EDITORIAL

## 1ª Conferência de Comunicação

Cresce a preocupação e a expectativa com a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, anunciada pelo presidente Lula durante o Fórum Social Mundial. Temia-se que a Conferência de Comunicação, pelo que significa para o país e pelos poderosos interesses que a envolve, sequer acontecesse.

Prevista para dezembro, partidos e movimentos sociais começam a se organizar de forma a reunir força política e projetos que garantam avanços decisivos.

Em escala nacional, participações e intervenções começam a ser debatidos em grupos de trabalho. O que está em jogo, na prática, é a democracia brasileira, a disputa feroz pela redução dos monopólios midiáticos e o controle social das comunicações.

O fato do governo se comprometer publicamente com a Conferência pode ser considerado uma vitória, mas, o momento único e inédito traz para a luz dos refletores personagens e atores que vão se enfrentar não mais em tribunas livres, em meio a denúncias e ataques. O confronto de idéias dará lugar a propostas sistematizadas, projetos e políticas públicas a serem implantadas.

Reivindicação antiga da sociedade brasileira como um todo e dos movimentos populares, o amplo debate sobre o sistema brasileiro de comunicação em prol da democratização da informação, deverá se concretizar num duro embate ideológico.

Não há qualquer razão que leve o mais ingênuo dos cidadãos a acreditar que os grupos econômicos que atuam a serviço dos monopólios da informação estejam dispostos a abrir mão do poder já conquistado. Empresas e parlamentares já se articulam para legislar em causa própria. Artigos e boletins começam a circular na mídia e na Internet.

A guerra começou. A mobilização nacional dos movimentos sociais também. É preciso ampliar e fortalecer o debate para sobrepor um projeto democrático de nação ao grande espetáculo do poder econômico, do conservadorismo e do capital globalizado.

## A diretoria



Na foto os presidentes dos 26 CREAs e Marcos Túlio, do Confea

## Sistema se reúne durante posse de Agostinho

No dia 20 de março foi realizada a posse solene do presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro, que assume a entidade como garantia de mudanças estruturais e políticas. A Fisenge foi representada pelo secretário-geral Clovis Nascimento. Todos os presidentes eleitos do sistema Confea/CREAs prestigiaram Agostinho. Na ocasião também foram empossados a diretoria, conselheiros e suplentes do CREA-RJ e da Mútua – Caixa de Assistência.

## Vitórias começam com sonhos

O atual presidente do Senge-RJ e ex-presidente da Fisenge, engenheiro electricista Olímpio Alves dos Santos, enfatizou o esforço e o criterioso trabalho na constituição da candidatura de Agostinho. “Quero parabenizar a brilhante vitória do companheiro Agostinho Guerreiro e todos aqueles que com esforço construíram a candidatura vitoriosa. Nada se constrói sem sonho, sem utopia e sem acreditar”, finalizou.

## Parceria para funcionários

Uma das importantes questões da gestão de Agostinho é a retomada do trabalho da Mútua – Caixa de Assistência dos Funcionários do CREA-RJ. O presidente da instituição, Ângelo da Costa Neto, afirmou que é com entusiasmo que a diretoria da Mútua assume o mandato, “sabendo que poderá contar com o Conselho nas questões fundamentais e sempre trabalhar em parceria”, disse. A Mútua havia sido extinta pelo presidente anterior do CREA-RJ, Reynaldo Barros.

## Por um novo Conselho

“A figura, a experiência e concepção de mundo de Agostinho Guerreiro resgatam a preocupação na atuação junto aos movimentos sociais que o CREA precisa desempenhar”. Dessa forma, o presidente do Confea Marcos Túlio de Melo abriu sua fala na posse. De acordo com Marcos Túlio, um dos grandes desafios do Sistema Confea/CREAs é o de reunir a categoria profissional para que atue de forma incisiva no projeto de desenvolvimento nacional.

## Oportunidade na crise

Agostinho se posicionou diante da crise afirmando que o país ainda tem uma oportunidade de obter sucesso frente ao momento econômico. E afirmou que uma das razões é o fato da população resistir ao projeto de privatização do sistema financeiro, principalmente. “E por que não falar sobre a luta que nossa população travou contra a privatização da Petrobras?”, indagou.

O presidente ainda citou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, como um dos mais ousados projetos que o país teve, mas alertou: “Precisamos mesmo é de um projeto de nação”.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente:** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro:** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário Geral:** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - **Diretor de Relações Sindicais:** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo:** Eduardo Medeiros Piazera - SC - **Diretor Executivo:** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo:** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo Coordenadora de Comunicação:** Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Silvana Sá MTE: 30.039/RJ; **Diagramação:** José Carlos Bezerra; **Tiragem:** 2.000 exemplares; **Impressão:** Gráfica Falcão; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **Email:** fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br



# Senge-PB dá exemplo de atuação social

Projeto de inclusão digital beneficia jovens carentes na corrida pelo primeiro emprego

Uma das propostas da Fisenge e de seus Senges filiados é a ampla atuação não só nas questões de interesse imediato da categoria, mas principalmente nas questões sociais. Essa é uma das formas de garantir a participação da Engenharia na construção de um outro projeto nacional, que tenha como base a igualdade de condições, a distribuição equânime das riquezas e a justiça social.

Baseado nestes princípios, o Senge-PB desenvolve desde meados do ano passado um projeto de inclusão social para adolescentes e jovens da periferia do estado. O presidente da entidade, Armando Marinho, explicou que a principal meta de sua nova gestão é a de fazer do sindicato um agente socialmente participativo. "Entendemos que a inclusão digital não se resume a dar acesso ao computador, mas é também uma iniciativa para a inclusão social. As escolas públicas ainda não estão preparadas para fazer esse tipo de inclusão, então o sindicato tomou essa iniciativa", disse.

**Jovens ouvem com atenção as informações passadas pelos professores**

As aulas acontecem uma vez na semana e têm duração de três horas. O curso tem duração de seis meses e capacita os jovens a trabalharem com Word, Excel e PowerPoint. Além disso, o programa prevê aulas de digitação.

"Com esta ação social extrapolamos as fronteiras das atividades meramente corporativas. Estamos mostrando para a categoria, e para a sociedade como um todo, que o sindicato pode fazer mais para o fortalecimento de nossa população", afirmou a vice-presidente do Senge-PB, Giucélia Figueiredo.

SUÉLLEN RODRIGUES/ SENGE-PB



# Senge-MG debate Lei da Engenharia e Arquitetura Públicas

Regulamentação, implementação e adequação dos municípios foram as questões centrais

O Senge-MG e a Câmara Municipal de Belo Horizonte realizaram, no dia 20 de março, o Seminário Engenharia e Arquitetura Públicas. O objetivo do evento foi discutir as principais questões relacionadas à implementação e regulamentação da Lei 11.888, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social.

O evento contou com a participação do deputado federal Zezéu Ribeiro (PT), criador da Lei, do arquiteto e presidente da IAB/SP Demetre Anastassakis, do vereador Leonardo Mattos

(PV/BH), do professor da FAU/SP, Nabil Bonduki, da representante do Ministério das Cidades, Junia Santa Rosa e do presidente licenciado do Senge-BA, Ubiratan Félix. A vereadora Neusinha Santos (PT) presidiu a mesa e a arquiteta Jurema Marteleto Rugani foi a mediadora do debate.

## Aplicação e propostas

Zezéu Ribeiro apresentou os aspectos relevantes da Lei 11.888. O deputado fez um histórico da luta por melhores condições de moradia e habitação para as populações mais pobres no Brasil. E recebeu homenagem das mãos do presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes.

Junia Santa Rosa e Ubiratan Félix dos Santos apresentaram propostas para a implementação da Lei. "Essa Lei é importante porque reconhece que o Estado tem responsabilidade sobre o direito à moradia, mas precisa que os municípios façam leis próprias para aplicá-la", afirmou Ubiratan em entrevista ao Jornal da Fisenge.

**Debate foi realizado na Câmara Municipal de Belo Horizonte**

FABYANA ASSUNÇÃO/ SENGE-MG



**Sindicatos filiados**



**senge**  
MINAS GERAIS



**SENGE RJ**  
Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro



## CAPA

# Real Grandeza reacende disputa por blindagem dos fundos de pensão

Recentes alterações na Lei ajudam a compor novas regras que dificultam as tentativas de grupos políticos interferirem no comando das fundações de previdência complementar, patrimônio dos trabalhadores ativos e aposentados.

Pela terceira vez em menos de dois anos setores do PMDB tentaram destituir do cargo o diretor-presidente e o diretor de Investimentos da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas e Eletronuclear, que foram indicados pelo Conselho Deliberativo da Fundação e que têm amplo apoio dos participantes do fundo. A situação vem se repetindo desde que o ex-prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, assumiu a presidência da estatal Furnas em 2007.

O atual presidente de Furnas, Carlos Nadalutti Filho, que assumiu a empresa em outubro de 2008, alegou que a estatal "não vinha sendo tratada com o devido respeito" pelo fundo de pensão e que por essa razão o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, havia orientado a troca da diretoria.

O partido encaminhou, ainda, outros argumentos. O deputado federal Eduardo Cunha, principal articulador da tentativa de troca de gestão, sugeriu que o estatuto do fundo de pensão teria sido manipulado para beneficiar a atual diretoria. No entanto, nenhuma irregularidade foi encontrada. Ao contrário,

constatou-se que todas as alterações estatutárias haviam sido realizadas por força da Lei. Vale lembrar que Eduardo Cunha é ex-aliado de Collor e do ex-governador do Rio, Antony Garotinho.

## Nova Legislação

Em 2001 foram criadas duas leis específicas para a gestão de fundos de pensão: a Lei Complementar Nº 109 – que rege os fundos de previdência complementar em geral – e a Lei Complementar Nº 108 – esta específica para fundos de pensão oriundos de empresas públicas. O objetivo da nova legislação era o de blindar os fundos de pensão contra tentativas duvidosas de gestão do patrimônio.

Geovah Machado, conselheiro eleito pelos participantes da Fundação, acompanhou todo o processo e afirma que o que está em jogo é a administração do patrimônio dos trabalhadores. "O partido já tem o controle da administração de Furnas e acredita que por essa razão deve, também, controlar a Real Grandeza. Eu, como conselheiro, repudio tal atitude. Quem se posiciona dessa maneira assume total desconhecimento da legislação", afirmou.

## Democracia e participação

A Fisenge, enquanto entidade ligada à luta dos trabalhadores e movimentos sociais, repudia disputas partidárias em questões de grande relevância para os trabalhadores, como é o caso de fundos de pensão. A Federação entende que o rateio de cargos entre partidos é absolutamente lesivo aos trabalhadores, sejam ativos ou pensionistas, e fere

princípios como a democracia e a participação. Disputa que está para além da tentativa de controle do patrimônio do fundo, que hoje é de mais de R\$ 7 bi.

Para o presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, é necessário fortalecer as estruturas democráticas dos fundos de pensão. "É de fundamental importância a participação ampla dos beneficiários. O foco deve estar cada vez mais voltado para quem é participante e que conta com aquele dinheiro como auxílio à sua aposentadoria", comentou.

## Conselho soberano

A decisão pela permanência ou exoneração da diretoria executiva, com a nova legislação, é integralmente do Conselho Deliberativo, que é formado por dois conselheiros indicados por Furnas, um conselheiro indicado pela Eletronuclear e três eleitos pelos participantes do fundo. A composição do Conselho varia de acordo com cada fundo de pensão e com a quantidade de patrocinadoras. Mas a Lei vale para todas as fundações.

Outra mudança importante na legislação refere-se à garantia de total independência dos conselheiros dos fundos de pensão. Eles além de não precisarem acatar a vontade das patrocinadoras, também não podem ser destituídos de seus cargos. "Mas caso os conselheiros se sintam constrangidos pelas patrocinadoras eles têm liberdade para renunciar ao cargo", observou Geovah. Isso talvez explique a renúncia de seis conselheiros indicados por Furnas em menos de dois anos.

Se houver empate numa proposta apresentada, cabe ao presidente do Conselho o

## Histórico do caso Quem é quem na disputa pelo controle da Fundação

Sergio Wilson assumiu a Real Grandeza logo após a entidade ter perdido R\$ 163 milhões com a falência do Banco Santos e de ter se envolvido na CPI do Mensalão. A credibilidade da entidade foi afetada e a diretoria renunciou, após pressão. Sergio Wilson, então, assumiu a gestão do patrimônio em agosto de 2005 com a missão de resgatar a credibilidade do fundo.

A recente investida do PMDB pelo controle do Real Grandeza gerou reação de funcionários e beneficiários de todo o Brasil, com greves e paralisações das atividades. Foi a primeira vez que todos os sindicatos e associações de ativos e aposentados estiveram juntos em defesa da diretoria da Real Grandeza.

Sergio Wilson ganhou em 2008 o prêmio de melhor gestor do Brasil em fun-

dos de pensão, ao conduzir a Fundação ao topo da lista dos fundos de pensão mais rentáveis do país.

Já o deputado federal Eduardo Cunha esteve envolvido na má administração do Prece, fundo de pensão dos funcionários da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). O fundo sofreu um rombo de mais de R\$ 300 milhões entre os anos 2000 e 2006.



# Discussão sobre Pensão no Brasil



voto de minerva. No caso da Real Grandeza quem detém o cargo é um dos representantes de Furnas. "Mas até que isso aconteça, outras etapas precisam ser queimadas. Não é tão simples. Como está tão evidente a tentativa de controle do patrimônio, qualquer movimento está sendo estudado com muita cautela", disse o conselheiro.

## Reação dos trabalhadores

Entidades representantes dos trabalhadores ativos e aposentados de Furnas e da Real Grandeza organizaram atos e manifestações em frente a estatal em protesto à tentativa de troca da diretoria. Em todo o país, trabalhadores de Furnas e da Fundação paralisaram atividades exigindo que fosse retirada da pauta do Conselho a proposta de destituição dos diretores.

Para o presidente do Senge-RJ, é lamentável que as pessoas coloquem a questão da governabilidade acima da gestão de pessoas comprometidas. "Isso tem feito com que empresas públicas e seus fundos sejam entregues a verdadeiras quadrilhas de políticos", disse Olímpio Alves dos Santos. A lógica, de acordo com o dirigente, é utilizar recursos para as campanhas e para si próprios. "É a privatização do bem público", reagiu.

O Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Energia lançou nota afirmando que os trabalhadores não deixarão que seus patrimônios sejam usados de forma escusa por grupos políticos. "A Real Grandeza é conquista de todos os trabalhadores de Furnas e Eletronuclear e não pode ser posta em risco. Os pronunciamentos das lideranças foi a pro-

va da participação do conjunto dos trabalhadores."

## Escolha da diretoria

O diretor de Investimentos, o Administrativo e o Presidente são nomeados pelo Conselho a partir de indicação de conselheiros. Os candidatos devem preencher os requisitos da Lei e do estatuto da Real Grandeza. Aprovados nessa etapa, eles são submetidos a uma sabatina com os conselheiros. Só depois das exposições de todos os candidatos, que são feitas separadamente, o Conselho se reúne para definir quem serão os nomes indicados.

Outros dois diretores, o de Seguridade e o Ouvidor são eleitos pelos participantes do fundo, ativos e pensionistas.

Só podem ser dirigentes da fundação, seja como conselheiro ou diretoria, pessoas que tenham vínculo com a Real Grandeza há pelo menos 5 anos. Este é um outro mecanismo que dá ao fundo uma certa blindagem. "Apesar disso ainda existe todo esse assédio. Se não tivéssemos essa série de mecanismos, provavelmente estaríamos hoje como os bancos norte-americanos: sem fundos", advertiu Geovah Machado.

O mandato da diretoria executiva da Fundação vai até outubro deste ano, quando serão feitas novas eleições. Pela legislação, a atual diretoria pode ser reeleita. "Mas essa é uma decisão que cabe ao Conselho. Hoje, o que posso afirmar, é que o desempenho da atual diretoria executiva atende a tudo o que o Conselho determina e, portanto, não há razão para que ninguém seja exonerado no meio do mandato", salientou o conselheiro.

**Mobilização Vitoriosa. Trabalhadores nas escadarias de Furnas no movimento em defesa da Fundação Real Grandeza**

## Principais fundos de pensão do país

**Núcleos** – fundo de pensão das empresas estatais do setor nuclear: entre agosto de 2003 e agosto de 2005 a entidade sofreu com um rombo de R\$ 40 milhões de seus ex-gestores e foi citada na CPI dos Correios.

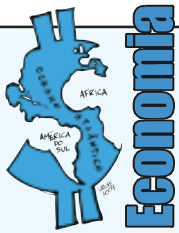
**Centrus** – fundo de pensão dos funcionários do Banco Central. Em 2006, durante a CPI dos Correios, foi apontado como modelo a ser seguido.

**Funcef** – fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal. A Funcef teve resultado positivo de 28,07% em 2007, mas no ano passado conseguiu apenas 1,74% de rentabilidade.

**Eletros** – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social. Em 2007 administrava um patrimônio superior a R\$ 2 bi.

**Petros** – fundo de pensão dos funcionários da Petrobras e Petrobras Distribuidora. No último dia 24 de março o conselho deliberativo da Fundação aprovou a recondução da diretoria executiva.

**Previ** – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Possui mais de 175 mil participantes. Mais de R\$ 5 bi em benefícios pagos e investimentos na ordem de R\$ 138 bi.



## Brasil começa a reagir à crise

Empregos com carteira assinada aumentam no mês de fevereiro

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criados cerca de 9 mil postos de trabalho formal no mês de fevereiro no país. O número representa um avanço tímido, cerca de 0,38% em relação a janeiro, mas é o primeiro sintoma de que o país toma fôlego diante da crise internacional.

Além do número de admissões (1,23 milhão) ter sido superior ao de janeiro (1,21 milhão), o número de demissões caiu 7,13%. O que, segundo o Ministério do Trabalho, reforça a mudança na curva de empregabilidade do país.

### Resultados divergem

O Ministério do Trabalho, por meio de nota, divulgou que o comportamento fa-

vorável, embora modesto, "demonstra uma importante reação do mercado de trabalho formal brasileiro após três meses consecutivos de resultados negativos".

Já de acordo com IBGE, a taxa de desocupação de fevereiro foi de 8,5%, maior 0,3% que a de janeiro e 0,2% inferior à de fevereiro do ano passado. A população desocupada passou para 1,9 milhão, com acréscimo de 51 mil pessoas, o que também representa aumento se comparado com o mês passado. Mas, se a comparação for com fevereiro de 2008, houve uma redução de 29 mil pessoas.

O Dieese divulgou que a taxa de desemprego subiu de 13,1%, em janeiro, para 13,9%, em fevereiro. "Apesar de o crescimento ser o mais intenso apurado para o período, a taxa ainda é a menor para fevereiro, desde 1998, primeiro ano do levantamento", diz a nota.

### Ainda é cedo para avaliar

Para o economista Paulo Jager, do Dieese, o resultado não é suficiente. "É bom que fevereiro tenha sido positivo, mas não foi tão intenso. Se daqui pra frente repetirmos os números de fevereiro o resultado vai ser um desastre", afirmou.

De acordo com Jager, a avaliação positiva do Caged não se repetiu nas pesquisas do Dieese e tampouco do IBGE. "Temos indícios interessantes de que possa realmente haver recuperação, mas ainda é cedo para fazer afirmações. As pesquisas que fizemos ainda não revelam isso", disse.

No entanto, o economista faz uma ressalva: "é preciso ter em mente que o Caged se baseia apenas no mercado formal. Tanto a pesquisa do IBGE quando a do Dieese avalia o mercado como um todo", explicou.

## Com discurso de patrão, CREA-MG demite mais de 30

Entidade, que devia prezar pela manutenção dos empregos, dispensou 33 fiscais

A sexta-feira 13 de março de 2009 ficará marcada literalmente como dia de azar para 33 trabalhadores do CREA-MG. É que a entidade, alegando problemas financeiros, demitiu metade do seu efetivo de fiscais. O mais espantoso é que os cortes de pessoal se deram na atividade fim da autarquia.

Entidades sindicais de todo o Brasil e, principalmente de Minas Gerais, se manifestaram contra a ação da direção do CREA-MG. Foi formada a Frente Sindical pela Reintegração dos Demitidos, composta por dez entidades, dentre elas a Fisenge e o Senge-MG.

As demissões ocorrem em meio à crise internacional do capital. Exatamente por essa razão fica difícil imaginar uma autarquia do governo demitindo funcionários, quando o certo seria lutar pelo estímulo da economia.

### Apoio aos trabalhadores

O presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, demonstrou preocupação com a situação. "Esta nem sempre é a melhor posição, seja ela por problemas financeiros ou outros. Os sindicatos têm a minha solidariedade na luta pela preservação dos empregos", afirmou ao Boletim da Frente Sindical.

A Fisenge, como entidade que luta pelo direito dos trabalhadores e pela manutenção dos empregos, se solidariza com os fiscais do

CREA-MG. "Não se pode aceitar essas demissões injustas efetuadas pelo CREA-MG. O agravante é que temos 33 demissões num momento em que grande parte das entidades sindicais e o próprio governo lutam pela preservação dos empregos e salários como forma de combater a crise", afirmou Carlos Bittencourt, presidente da Federação.

### Demissões políticas?

As entidades afirmam que a principal motivação do CREA-MG para as demissões é de caráter político. Coincidência, ou não, dos 33 trabalhadores demitidos, pelo menos 90% compuseram a base de apoio de Pedro Costa, que foi candidato de oposição da atual gestão e que lutava por mudanças estruturais no CREA-MG.

### Resposta do CREA-SC

O Jornal da Fisenge procurou a direção do CREA-MG para falar das demissões. Através de nota, o presidente Gilson Quiroz disse que a entidade não gostaria de ter tomado tais decisões, mas que o momento necessita de "ações firmes".

Além da demissão dos fiscais, o CREA-SC alongou o prazo

de implantação de seus projetos, postergou a convocação de aprovados no concurso realizado em 2008, reduziu cortes nos gastos de comunicação e de contratos de transporte e veículos.

O presidente do CREA-SC também afirmou que as demissões não foram políticas. "Repelimos com firmeza qualquer afirmação de que algum ato tomado tenha se baseado em critérios políticos ou de forma açodada".

As entidades de defesa dos profissionais demitidos programaram uma agenda de mobilizações e atividades que serão divulgadas em momento oportuno.

RETHA SCHOLTZ / SXC



Restou aos profissionais demitidos do CREA-SC apenas o recolhimento de seus objetos pessoais

## Sindicalistas da América Latina se reúnem no Panamá

Encontro tem por objetivo propor acordos coletivos com multinacionais espanholas

A Fisenge, representada pelo diretor Raul Otávio Pereira, participou nos dias 10 e 11 de março de reunião do Observatório Sindical de Empresas Transnacionais Espanholas.

O encontro foi realizado no Panamá. Na ocasião, foram formados diversos grupos que buscarão firmar acordos marco-globais com algumas empresas da Espanha.

O grupo que ficou responsável pela concessionária de energia Endesa, que tem subsidiárias no Brasil – a principal delas é a Ampla, situada no Rio de Janeiro – foi formado por sindicalistas da Espanha, Argentina, Chile e Colômbia, além do diretor da Fisenge.

### Metas

Esse grupo definiu ações a serem desenvolvidas nesses

países durante o biênio 2009-2010, que visam avançar nas questões referentes a emprego decente, remuneração, gênero, assédio moral e condições de segurança, dentre outras. O objetivo é unificar as melhores práticas entre as subsidiárias e também implementar melhorias na relação entre a empresa e seus trabalhadores na América Latina.

O diretor afirma que a importância maior desses acordos está na tentativa de homogeneizar as relações, o que traz benefícios diretos para os trabalhadores.

"Um dos objetivos desse trabalho é trazer para a Ampla, no Rio de Janeiro, melhorias na relação capital x trabalho", disse.

Representando o Brasil, além da Fisenge, estava a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), que ficou responsável por selar acordos coletivos de trabalho com o grupo Santander.



Da esquerda para a direita - Jose Meneses (Chile), Carlos Bello (Colômbia), Josep Manuel Borrás (Espanha), Eduardo Duymovich (Argentina), Raul Otávio Perolra (Brasil) e Fernanco McMaster (Argentina)

ARQUIVO FISENGE

## CREA-SC vai priorizar fiscalização de obras públicas

Entidade prevê investimentos na informatização dos serviços e na implantação do CREA Jovem

Na edição de janeiro o Jornal da Fisenge falou sobre os planos dos presidentes eleitos dos CREAS, que tiveram suas candidaturas apoiadas pela Fisenge. Por falha nossa, Raul Zucatto, presidente do CREA-SC, não foi ouvido. Para fazer justiça, destinamos um espaço para que o presidente exponha suas metas para os próximos anos.

De acordo com Zucatto, as áreas que mais precisam ter atenção do CREA-SC são as que dizem respeito à segurança nas construções, com projetos e incentivo às fiscalizações preventivas. "Iniciamos o ano realizando fiscalizações preventivas integradas com Corpo de Bombeiros, Po-

lícia Militar e Federação Catarinense de Futebol nos estádios de Santa Catarina e no mês de fevereiro fiscalizamos as passarelas de samba do estado", revelou.

**"O CREA-SC teve avanços significativos na valorização, atualização e aperfeiçoamento profissional"**

Em segundo mandato, Raul Zucatto quer continuar o trabalho de solidificação da relação entre o CREA, os profissionais e a sociedade. "O CREA-SC teve avanços significativos na valorização, atualização e aperfeiçoamento profissional, em forte parceria com as entidades de classe e maior integração com as instituições de ensino", disse.

Outra grande meta para o triênio

2009/2011 é a informatização de todos os serviços do CREA-SC, que inclui o projeto de fiscalização inteligente. "Utilizaremos a tecnologia digital para este fim, aliada à consolidação do planejamento estratégico regionalizado nas inspetorias e todas as instâncias do Conselho", afirmou Zucatto.

Também faz parte das metas de Zucatto a implantação do CREA Jovem, para ajudar na preparação de futuros profissionais; a criação do Fórum Permanente de Educação (FPE), instância consultiva do CREA-SC para assuntos de currículo, qualidade de ensino e análise de viabilidade para a criação de novos cursos. Essas são formas, de acordo com Zucatto, de estabelecer uma relação mais próxima entre profissionais, Conselho e sociedade.

ENTREVISTA CECI JURUÁ

# Os cassinos financeiros na América Latina

A economista Ceci Juruá explica o conceito e avalia a inserção dos países da América Latina no mercado econômico. De acordo com nossa entrevistada, o Brasil ainda possui posição de submissão aos grandes grupos, o que enfraquece o contraponto latino-americano

ARQUIVO AFIPERJ

## O que se define como cassino financeiro?

Cassino financeiro é a expressão utilizada para designar o conjunto de mercados onde o jogo consiste em apostas na variação de valor de títulos financeiros – divisas, obrigações e ações - e na variação dos parâmetros utilizados para valorizar aqueles títulos – taxas de juro e de câmbio, expectativas de lucros empresariais, cenários macro-econômicos, por exemplo.

## A partir de quando se percebe esse movimento?

A transformação dos mercados financeiros em cassino ocorreu basicamente a partir da década de 1980 quando esses mercados foram liberalizados e desregulamentados, deixando de servir à intermediação financeira clássica – transformação de poupança em investimento e concessão de crédito – para tornar-se um espaço de realização de lucros financeiros, sob o comando de instituições especializadas que centralizam os lucros industriais não reinvestidos e as rendas ociosas dos grupos mais ricos da sociedade.

## Qual o papel da América Latina nesse cassino? É de interferência, de adesão ou de submissão?

Alguns países da América Latina, e particularmente o Brasil, contribuíram significativamente para alimentar o processo mundial de acumulação financeira. Primeiramente por meio da formação de uma enorme dívida pública, interna e externa. Em segundo lugar privatizando ativos estratégicos – serviços de infra-estrutura econômica e recursos minerais, por exemplo. Alguns países, como foi o caso da Argentina e do Chile, chegaram a desmontar suas redes públicas de proteção social.

Mais recentemente observa-se a chegada maciça de fundos de pensão, majoritariamente norte-americanos e ingleses. Eles vêm para cá atraídos pela extraordinária rentabilidade dos títulos de dívida pública e privada, por um lado, e, por outro, pela oportunidade de aquisição de terras e de empresas domésticas, a preços comparativamente baixos.

## E em se tratando de Brasil? Qual é a nossa posição?

Nossa posição tem sido, até agora, de submissão às regras do cassino financeiro. Assim o indicam provas empíricas como o fim de um teto para as taxas reais de juros (que era de 12%, acima da inflação, na Constituição de 1988), a adoção do regime de metas de inflação e de taxas flutuantes de câmbio, a modificação de regras para registro de capital estrangeiro, e o próprio conceito de empresa nacional que não acolhe mais a diferenciação segundo a origem do capital. Mas há também as dezenas de bilhões de reais doados regularmente a grandes empresas, por meio de incentivos fiscais que, em geral, carecem de análise que os justifique.

## As privatizações representam adesão ao processo?

À desnacionalização do setor produtivo estratégico, por iniciativa dos governos de Fernando Collor e FHC, seguiu-se, neste governo, a desnacionalização do setor financeiro, o que vem permitindo que fatias cada vez maiores dos meios de pagamento do-

mésticos fiquem sob controle de grupos estrangeiros, nos quais se destacam o inglês HSBC, o espanhol Santander e os norte-americanos Citibank e JP Morgan. O próximo passo poderá consistir na autorização para a abertura de contas correntes em moeda estrangeira, o que renunciaria, no meu entender, um final

bastante infeliz, a exemplo do que ocorreu na Argentina em 2000-2001.

## Qual é o discurso hegemônico do qual se fala e o que ele significa?

O discurso da burguesia imperial é aquele que aparece na imprensa. A favor do livre comércio e da redução de impostos – o governo é a eterna Geni da canção do Chico Buarque –, contra a Alba e a Unasur e qualquer outra iniciativa visando a soberania econômica de nossos países. Não há qualquer menção às possibilidades de conter a concentração de renda gerada pelos mecanismos de merca-



do, o que seria um encargo da política tributária por meio de impostos indiretos seletivos e de impostos diretos progressivos. Corremos ainda o risco de ver penhoradas as reservas de petróleo, do pré-sal, antes mesmo que se inicie a exploração. Paulatinamente avança a privatização dos recursos hídricos e das empresas responsáveis por sua distribuição.

## Como fazer para que as questões como desenvolvimento sustentável, distribuição justa das riquezas, sejam debatidas de forma séria e que levem a ações concretas em nível mundial?

Há poucas esperanças de um debate sério e responsável sobre esses temas, pois isto não interessa ao capital financeiro e aos aparelhos de repressão de Estados seqüestrados pelo capital. François Chesnais vem chamando a atenção para a possibilidade de uma catástrofe iminente da humanidade, representada pela destruição do meio ambiente e pelas tragédias enfrentadas por um número cada vez maior de nações e de povos, como Haiti, Birmânia, Bangladesh, Sudão, Etiópia, Quênia, etc.

## A América Latina tem força suficiente para fazer alguma diferença nessa disputa?

A América Latina teria força se pudéssemos levar adiante a nossa integração econômica e social. A primeira medida importante que poderíamos implantar imediatamente seria a adoção de uma moeda comum para nossas trocas comerciais, desvinculada do dólar e do euro, por exemplo. Mas ela iria contra os interesses dos atores que comandam o cassino financeiro, contra todos aqueles que especulam no FOREX - o mercado de câmbio.

**A América Latina teria força se pudéssemos levar adiante a nossa integração econômica e social**